

**O DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NAS EMPRESAS QUE COMPÕEM  
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DO BRASIL**

**Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior**

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
UnB/UFPB/UFRN  
Analista Contábil da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

**Fátima de Sousa Freire**

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
UnB/UFPB/UFRN  
Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de  
Brasília – CCA/UnB

**Eric Adrian Mattos Barreto Júnior**

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
UnB/UFPB/UFRN  
Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB

**Camila Araújo Machado**

Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis  
UnB/UFPB/UFRN  
Professora da Universidade Federal de Goiânia - UFG

**Área Temática:** H) Responsabilidade Social Corporativa

**Palavras chave:** Empresas, Índice, Sustentabilidade, *Disclosure* e Intangíveis.

## **O DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NAS EMPRESAS QUE COMPÕEM ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DO BRASIL**

### **Resumo**

O objetivo do trabalho foi identificar os tipos de ativos intangíveis apresentados nos *disclosures* de empresas brasileiras. Foram analisados os relatórios financeiros de 29 companhias, no período de 2008, cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Os ativos intangíveis foram classificados em organizacional, humano, informacional e reputacional. A reputação, composta de elementos como qualidade dos produtos e práticas corporativas, foi a categoria mais evidenciada, podendo ser considerado o intangível que mais influencia o valor à empresa.

## **LA DIVULGACIÓN DE LOS ACTIVOS INTANGIBLES EN LAS EMPRESAS QUE COMPONEN EL ÍNDICE DE SOSTENIBILIDAD CORPORATIVA DE BRASIL**

### **Resumen**

El objetivo del trabajo fue identificar los tipos de activos intangibles de revelaciones presentadas en las empresas brasileñas. Fueran examinados los informes financieros de 29 empresas en 2008, listadas en la Bolsa de Valores de São Paulo. Los activos inmateriales han sido clasificados en humanos, organizativos, informativos y reputación. La reputación, compuesta de elementos tales como la calidad de los productos y prácticas corporativas, fue la categoría más evidenciada y puede ser considerada el intangible más influye en el valor para la empresa.

## 1. INTRODUÇÃO

O ativo intangível, a partir do conceito de ativo à luz da teoria contábil, é fundamentado na concepção econômica de um elemento de inexistência corpórea que proporciona benefício econômico futuro à empresa. Tema de debates ainda presentes na teoria da contabilidade em virtude da complexidade em seu reconhecimento e mensuração, os ativos intangíveis passaram a representar as potencialidades da entidade, pois proporcionam a geração de valor e riqueza. Por essa razão têm-se atribuído maior ênfase a esses ativos.

Nesse contexto, a importância do ativo intangível em prevalência à do ativo tangível, em alguns casos, ocasionou a necessidade das demonstrações contábeis evidenciarem tal elemento. Nesse intuito houve o advento de normatizações em âmbito nacional e internacional, respectivamente a Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 e o *International Accounting Standard 38 (IAS 38)*.

As normas brasileiras incluíram o grupo de ativo intangível. Essas normas descrevem que esse grupo é composto dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, incluindo, inclusive, o fundo de comércio adquirido. Nas normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, preconizadas no *IAS 38*, marcas, títulos de publicação, relação de clientes e, itens substancialmente semelhantes gerados internamente, não são abrangidos no grupo do ativo intangível, visto serem considerados parte componentes do *goodwill* gerado internamente (*goodwill* subjetivo) e não gerarem a criação de ativos que se adéquem aos critérios de reconhecimento estabelecidos por essa norma.

Em relação à literatura contábil, os ativos intangíveis são divididos em identificáveis e não identificáveis, sendo os últimos compostos pelo *goodwill*. Suas classificações são feitas mediante esse atributo, como também, conforme critérios contratual/legal e de separabilidade. As pesquisas a respeito do tema classificam os intangíveis de acordo com estudo realizado ou fator(es) que contribui(em) na formação ou geração do *goodwill*.

Percebe-se que, conforme exposto, as normas atualmente vigentes seguem a tendência da evidenciação desses ativos balizada em critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis identificáveis, embora as pesquisas e literaturas contábeis ampliem os elementos e tipologias de ativos intangíveis, fundamentado por meio de seu conceito e definição à luz da teoria contábil. Isto é, esses estudos compreendem os ativos identificáveis e não identificáveis, já as normas abrangem somente os itens identificáveis. A partir da apreciação das normas e da literatura contábil em relação a tipologia e classificação dos ativos intangíveis, a evidenciação desses pode não ser completa por não abranger a evidenciação dos ativos intangíveis não identificáveis, e, o ativo intangível quando não evidenciado pode alterar a percepção do usuário sobre a realidade e potencialidade da entidade, uma vez que, parte-se da premissa que ele toma sua decisão baseado nas informações disponíveis.

De acordo o jornal O Estado de São Paulo, pesquisa realizada pela Ibmec-SP em 2008 constatou que as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial, (ISE) possuem ativos intangíveis fortes, e por essa razão, apresentam valor de mercado até 19% superior em comparação com aquelas que não estão atentas à questão da sustentabilidade. Nesse âmbito, acredita-se que, as informações disponibilizadas aos usuários, principalmente os investidores, referente aos ativos intangíveis das empresas que compõem esse índice, sejam eles identificáveis ou não, podem possibilitar a percepção de potenciais benefícios futuros econômicos.

Por essas razões, há o estímulo e a necessidade de se analisar a existência das fontes e a natureza da evidenciação dos ativos intangíveis e quais elementos são divulgados pelas empresas. A pesquisa, deste modo, investiga *como é o disclosure dos elementos que caracterizam os ativos intangíveis nas empresas que compõem Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)*.

Com o objetivo principal de *apresentar o disclosure por essas empresas*, mediante as tipologias do ativo intangível nas normatizações e na literatura contábil, o trabalho tem por escopo *identificar quais os elementos, fontes e natureza de disclosure dos ativos intangíveis para a geração da informação ao usuário*.

Nesse intuito, o trabalho está organizado em cinco seções. Além da introdução, a segunda seção apresenta a fundamentação teórica. Na terceira é exposta a metodologia do trabalho. Na quarta seção, são discutidos os resultados obtidos, tendo vista a fundamentação teórica desenvolvida. Na quinta, são apresentadas as considerações finais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Ativo Intangível**

O ativo intangível é um dos elementos patrimoniais da entidade em que há o contínuo estudo acerca de sua definição e de seus atributos. A literatura contábil diferencia claramente os tangíveis dos intangíveis, entretanto, conforme Martins (1972, p.53), “...tradicional tem sido a dificuldade em defini-los, reconhecê-los e mensurá-los”.

De acordo com Schmidt (2009, p.04), os ativos intangíveis podem ser definidos como recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros. Lev (2001) *apud* Fietz e Scarpin (2008, p.04) define os intangíveis como o direito a benefícios futuros que não possuem forma física ou financeira, sendo criadas pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos e inclui a característica de interagirem com os ativos tangíveis na criação de valor e no crescimento econômico.

O *goodwill* é um dos principais exemplos de intangíveis que recebe ênfase na literatura contábil (e por essa razão muitas vezes é separado dos demais ativos nas pesquisas e classificações). Conforme Paton e Stevenson (1978, p.529),<sup>1</sup> “... *goodwill* é o valor capitalizado do excesso de rendimento que uma determinada empresa é capaz de realizar a mais do que uma empresa normal no mesmo ramo e com o mesmo investimento de capital”. Martins (1972, p. 103) menciona que economicamente não existe sentido na definição de *goodwill* a não ser que entendido como resíduo de algo difícil ou impossível de ser melhor identificado na prática.

Nesse sentido, a partir das idéias desenvolvidas para as definições desses ativos, surgiram classificações para esses elementos, como a de Schmidt, em que os classificam por meio do critério contratual ou legal, em que incluem contratos de não-concorrência de relacionamento de clientes, direitos de exploração de recurso naturais, propriedade intelectual, entre outros, e, pelo critério de separabilidade, como relação de clientes, tecnologia não patenteada e base de dados.

Flower (2002, p.549), tipifica os intangíveis de acordo com duas características, a partir da definição por negação:

- Identificáveis, ou o contrário, não identificável;
- Adquirido, isto é, a empresa adquiriu os ativos intangíveis no seu estado concluído mediante terceiros; ou gerado internamente, quando a própria empresa desenvolve os ativos intangíveis.

Essa classificação é denominada pelo autor como sistema de classificação global para ativos intangíveis, uma vez que abrange a característica principal que diferencia o *goodwill* dos demais ativos intangíveis.

#### **2.1.1 Ativo intangível identificável e não- identificável**

---

<sup>1</sup> Livre tradução do autor

Os ativos intangíveis, segundo Scherer (2004, p.80), são marcas, patentes, pesquisa e desenvolvimento, direitos autorais, franquias, capital intelectual, entre outros. Conceito similar é exposto por Flower (2002, p.564) na definição dos intangíveis identificáveis adquiridos separadamente, que os consideram como aqueles criados quando o gasto para adquirir o direito a futuros benefícios ou serviços ocorre por meio do consumo em dinheiro. O autor exemplifica como ativos identificáveis adquiridos, as licenças de uso ou produção, marcas e franquias, software, *copyrights* e taxa de transferência paga por um jogador profissional de futebol.

O APB *Opinion* nº 17 também apresentou essa divisão entre ativos identificáveis e não identificáveis. De acordo com Munter (1996, p.54), exemplos de ativos identificáveis previstos no documento incluem patentes, franquias e marcas; embora o APB afirme que existem vários tipos de ativos intangíveis não identificáveis, apenas um é nomeado, o *goodwill*.

O exemplo mais comum de um ativo intangível não identificável é o *goodwill* (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

A definição de *goodwill* pode ser expandida de modo que ela se torna a diferença entre o valor da empresa como um todo e a soma dos valores dos ativos identificáveis. O conceito de um ativo não identificado agora faz sentido. É o ativo residual que deve ser incluído para assegurar que a soma dos valores dos ativos individuais seja igual ao valor da empresa como um todo. (FLOWER, 2002, p.549)<sup>1</sup>

Portanto, identifica-se a relevância do *goodwill* nos estudos teóricos, por ser ele inseparável de outros ativos e não identificável em separado de outros ativos (MARTINS, 2002).

Nesse contexto, a partir do critério de separabilidade, em que o *goodwill* é inseparável, alguns elementos que compõem uma entidade podem conter fatores que propiciam a formação desse intangível. Em razão disso, foram construídas classificações que permitem facilitar a percepção desses fatores, bem como diferenciá-los dos ativos intangíveis identificados.

## 2.2 Classificação dos ativos intangíveis

A distinção dos ativos intangíveis identificáveis e não identificáveis para uma futura classificação não se apresentam de forma tão simples para as empresas, por isso existem as classificações funcionais. Flower (2002, p. 568) também menciona que muitos pesquisadores preferem o sistema de classificação baseado em função, dividido em capital financeiro (o que é divulgado nas demonstrações financeiras) e intelectual (subdividido em humano, organizacional e de clientes).

Nas classificações podem ser considerados os fatores que contribuem para a formação do intangível ou que os distinguem dos não identificáveis. Kaplan e Norton (2004) *apud* Fietz e Scarpin (2008, p.4) citam Capital Humano, da Informação e Organizacional. O Capital Humano é composto de habilidades, talento e conhecimento dos empregados; o Capital da Informação é integrado por bancos de dados, sistemas de informação, redes e infra-estrutura tecnológica, e, o Capital Organizacional abrange cultura, liderança, alinhamento dos empregados, trabalho em equipe e gestão do conhecimento.

As propostas de classificação mais recentes são apresentadas por Flower (2002) e Kayo (2004). Este último classifica os intangíveis em Ativos Humanos, de

---

<sup>1</sup> Livre tradução do autor

Inovação, Estruturais e de Relacionamento com públicos estratégicos, conforme detalhado:

- Ativos Humanos: conhecimento, talento, capacidade, habilidade e experiência dos empregados, administração superior ou empregados-chave, o treinamento e desenvolvimento, entre outros;
- Ativos de Inovação: principais ativos são a pesquisa e desenvolvimento, as patentes, as fórmulas secretas, o *know-how* tecnológico, entre outros;
- Ativos Estruturais: cujos principais ativos são os processos, os *softwares* proprietários, os bancos de dados, os sistemas de informação, os sistemas administrativos, entre outros; e, por fim;
- Ativos de Relacionamento com Públicos Estratégicos: as marcas, os logos, os direitos autorais (de obras literárias, de softwares, etc), os contratos com clientes, fornecedores, etc., os contratos de licenciamento, franquias, etc., os direitos de exploração mineral, de água, etc., entre outros.

Flower (2002, p. 569 e 570) quando menciona o sistema de classificação funcional, apresenta a divisão entre o capital financeiro e o capital intelectual, sendo o último subdividido em capital organizacional, de clientes e humano.

Capital Organizacional: o valor atribuído aos sistemas da empresa, tanto para a produção da atual gama de bens e serviços (processo de capital) como para o desenvolvimento de novos bens e serviços (inovação de capital);

Capital dos Clientes: o valor atribuído às relações da empresa com seus clientes, e;

Capital humano: valor atribuído à força de trabalho. (FLOWER, 2002)<sup>1</sup>

Ainda no entendimento do autor, o capital organizacional consiste no conhecimento e experiência da empresa, consubstanciado em sistemas e estruturas, definição que inclui o valor contábil da empresa, a estrutura organizacional e os sistemas, entretanto, também inclui ativos tangíveis. O capital de clientes é constituído pelas relações que a empresa tem com seus clientes, pois o futuro das vendas da empresa é susceptível de ser maior com eles do que sem eles.

### **2.2.1 Classificação dos ativos intangíveis que compõem o ISE**

O critério utilizado para a seleção das empresas que anualmente irão compor o ISE é, dentre outros, por meio das respostas a um questionário enviado a todas as empresas listadas na Bovespa. Este questionário possui como um dos itens a ser avaliado, uma seção de “dimensão econômico-financeira” destinada aos ativos intangíveis.

O tipo de classificação que compreende os ativos intangíveis utilizados no questionário é similar aos apresentados no sistema de classificação funcional. Por meio do glossário é possível apresentar quais itens são abrangidos no questionário ISE (2008, p. 232):

Capital organizacional – Ambiente propício à realização dos objetivos da organização. Neste contexto refere-se a ativos tais como direitos de propriedade intelectual, bases de dados, cadastros de clientes, contratos de execução, acordos, licenças, franquias.

---

<sup>1</sup> Livre tradução do autor

Capital Humano – É uma classe de ativo intangível que se caracteriza por não ser propriedade da companhia, mas sob os quais a companhia tem influência, relacionada a competências pessoais seja para uso interno ou nos relacionamentos fora da empresa. Por exemplo: conhecimentos, habilidades, valores, satisfação dos consumidores, alianças estratégicas e redes de relacionamento

Capital da Informação – bases de dados, hardware e software, além de procedimentos organizacionais de geração, uso, troca e disponibilização da informação para processos decisórios.

Capital Reputacional – é soma de fatores como qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela empresa, estabilidade financeira, clima organizacional, consistência entre práticas éticas e indicadores de conformidade, estágio de implementação de políticas corporativas e compromissos voluntários, consistência entre o discurso o marketing e as práticas corporativas, dentre outros.

Essa classificação, comparativamente à de Kayo, mostra que existe o enquadramento de determinados ativos que não se apresentam de forma tão simples e clara para as empresas. Por essa razão torna-se relevante a distinção e classificação dos ativos intangíveis identificáveis e não identificáveis pela empresa com o objetivo de se desenvolver formas de reconhecimento e estabelecer parâmetros para uma futura evidênciação.

### 2.3 Reconhecimento e Evidênciação do Ativo Intangível

O reconhecimento dos intangíveis baseia-se nos critérios de reconhecimento do ativo.

[ ] os ativos representam benefícios futuros esperados, gerados por intermédio de recursos econômicos, sejam físicos ou não, controlados por uma empresa. Quanto à afirmação dos recursos serem físicos ou não, essa denominação também pode ser entendida como ativos tangíveis e intangíveis. (FIETZ E SCARPIN, 2008)

De acordo com Schmidt (2003, p.14), a contabilização dos ativos intangíveis provavelmente será um assunto cuja importância irá crescer nos próximos anos, especialmente devido à sua representatividade no patrimônio das entidades.

No que tange ao reconhecimento do *goodwill*, a prática utilizada pela Contabilidade apenas reconhece este item quando é adquirido por um custo objetivamente determinado, o que pode desvirtuar a realidade econômica, vez que o valor pago pode ou não representar o valor desse *Goodwill* (MARTINS, 1972).

Dentre as controversas no reconhecimento desses ativos, Martins *et al* (2007, p.05) elencam as características que distinguem os ativos tangíveis e intangíveis, como a inexistência de usos alternativos, a falta de separabilidade e a incerteza quanto à recuperação. Esse fator decorre da limitação para reconhecimento e evidênciação do intangível como a escassez de fontes de informação e falta de regulamentação específica sobre a divulgação mencionada por Antunes, Leite e Guerra (2007, p.13). Os autores citam a afirmação de Eliseu Martins (1972) acerca do impedimento em se registrar os ativos em termos econômicos se dar em razão dos

princípios do conservadorismo, da objetividade e o do custo como base de valor, que possivelmente não contribuiria para o valor justo do *goodwill*.

Nesse sentido, Gray e Radebaugh (2002, p.174, 180 e 181) ponderam a respeito desse tema ao mencionar os critérios de separabilidade e os critérios de confiabilidade e relevância (características qualitativas da informação contábil). A separabilidade do ativo parece ser o que pesa na decisão em que esta identificação poderia indicar o potencial de realização, sem necessariamente ameaçar a viabilidade do negócio em continuidade. O critério de confiabilidade torna-se mais subjetivo e problemático no caso dos ativos intangíveis, exceto na medição do *goodwill* adquirido, que pode por atender esse critério por ser realizado com grau razoável certeza. A relevância, como critério para o reconhecimento de um ativo, não parece ser encontrada no *goodwill*, visto ser um custo incorrido com a expectativa de benefícios econômicos futuros.

Assim, com base nos critérios expostos e considerando ativos no contexto da expectativa de geração de valor, faz-se necessário o incentivo da evidenciação.

[ ] a tecnologia e habilidades humanas, apesar de ganharem importância gradativamente maior nas organizações, não têm sido mensuradas pela Contabilidade, face às limitações impostas por sua própria teoria. Contudo, não deixam de ser fontes criadores de riquezas para as empresas e, assim, poderiam ser definidas como ativos intangíveis. (GUERRA, 2007)

Esse aspecto nos últimos anos vem sendo levado em consideração pelos órgãos profissionais e de pesquisa da área, por meio de normatizações construídas com o objetivo de aproximar a teoria à prática contábil e essa ao desenvolvimento da ciência contábil no âmbito atual.

### **2.3.1 Os Ativos intangíveis preconizado nas Normas Internacionais e brasileiras**

As normas internacionais são preconizadas pelos comitês do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e *International Accounting Standards Board* (IASB), com prevalência e tendência de adoção do último órgão.

No FASB, em seu documento SFAS 142, de acordo com Biancolino e Aramayo (2003, p.03), o *goodwill* não é considerado como um ativo identificável e recebe um tratamento contábil diferenciado em relação aos demais ativos intangíveis.

Em seu documento, IAS 38, o IASB determina o alcance e definições dos intangíveis, por meio de critérios de identificação, controle e existência de benefícios econômicos futuros; determina o reconhecimento e mensuração inicial, e, práticas de divulgações. Esse normativo se baseia na estrutura conceitual da contabilidade e define o ativo intangível como um ativo não monetário identificável e sem substância física.

Nesse contexto e, delineado a divisão dos ativos intangíveis em identificável e não identificável, o IAS 38 não reconhece como ativo intangível as marcas, os nomes comerciais, os títulos de publicações, as listas de clientes e outros itens que possam ser gerados internamente. Isto se deve ao fato do não atendimento aos critérios da definição estabelecida pelo normativo, que pressupõem a identificação (ativo separável da entidade e que resulte direitos contratuais), o controle e a capacidade de geração de benefícios futuros econômicos, assim como por não atender os critérios de reconhecimento, quais sejam a probabilidade de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo e gerado em favor da entidade e o custo do ativo mensurado com razoável segurança.



Porém, parte desses ativos, assim como outros componentes do *goodwill* gerado internamente, podem ser reconhecidos quando adquiridos por outra empresa, caso em que se enquadra ao *goodwill* adquirido. Bastos, Pereira e Tostes (2005, p.11) exemplificam essa situação:

Por exemplo, as marcas de produtos são ativos intangíveis que não satisfazem completamente o critério de reconhecimento, pois embora gerem benefícios econômicos futuros, o seu valor (custo) é de difícil mensuração. Entretanto, quando há venda de uma marca e a precificação em contrato do seu valor, esta deverá ser reconhecida como ativo na empresa adquirente, pois estariam atendidos os dois requisitos para o reconhecimento.

Nas normas preconizadas na IAS 38, são estabelecidos para fins de divulgação, itens como a vida útil e amortizações nas classes de ativos gerados internamente (que permitam o relato desses itens) e outros ativo intangíveis.

A Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 é a normatização brasileira que trouxe inovações a respeito do tema. A lei alterou parte da redação da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 que não abrangia dos ativos intangíveis. O grupo de ativo em que foi adicionado o intangível antes incluía apenas pelo ativo diferido, composto de as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, como as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação.

Com o advento da Lei 11.638/07, passou o integrar no balanço, o ativo diferido e o intangível. Nesta lei o grupo do ativo intangível abrange direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, incluído o fundo de comércio. Entretanto, tendo em vista o possível conflito que existiria caso o grupo 'ativo diferido' fosse mantido concomitantemente como o grupo 'ativo intangível', devido à natureza das suas definições, foi emitida a Medida Provisória número 449 em 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, que extinguiu o grupo 'ativo diferido'.

### **3. PROCEDER METODOLÓGICO**

A pesquisa consiste na análise dos relatórios financeiros das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) com o objetivo de identificar como é realizado o *disclosure* dos ativos intangíveis. Para esse fim utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

#### **3.1 Critérios para seleção da amostra**

No contexto das definições do ativo intangível identificável e não identificável (*goodwill*), as empresas sustentáveis podem possuir esses tipos de intangíveis, bem como apresentar fatores que contribuem para formação e geração desses ativos.

As entidades relacionadas para compor o ISE 2008 foram selecionadas por meio de um questionário em que incluía, dentre outras perguntas, quais políticas eram adotadas para seus ativos intangíveis. Por esse motivo, existe a possibilidade de que, uma vez escolhidas para composição da carteira ISE, essas empresas já considerem os fatores que geram seus ativos intangíveis e os divulguem.

Nesse sentido a amostra, é composta por 29 companhias, conforme apresentado abaixo:

**Tabela 1** : Número de empresas por setor das empresas listadas no ISE

Setor	Nº de empresas	Setor	Nº de empresas
Energia elétrica	11	Siderurgia/Metalurgia	1
Instituições financeiras	4	Água e saneamento	1
Papel e celulose	2	Produtos uso pessoal	1
Telefonia	2	Madeira	1
Alimentício	2	Químico	1
Serviços de saúde	2	Materiais	1

**Fonte:** Elaboração própria

Para fins de análise foram consideradas as demonstrações referentes às empresas cujas ações estão listadas no índice. Os relatórios financeiros de 2008 considerados na análise foram: balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, notas explicativas e relatório da administração.

### 3.2 Parâmetros para a análise

Antes da execução da análise, fez-se necessário a construção de parâmetros adequados para identificar as formas como são relatados os itens intangíveis nas empresas pesquisadas em consonância com o exposto na fundamentação teórica.

A construção desses parâmetros baseou-se nas alternativas à pergunta do questionário em que as entidades que integram o ISE foram argüidas, cujo tema é o ativo intangível, conforme apresentado na figura 1:

**Figura 1:** Questionário ISE – Ativos Intangíveis

<p><b>INDICADOR 2. ATIVOS INTANGÍVEIS</b></p> <p><b>ECO 3.</b> Indique para quais <b>ativos intangíveis</b> a companhia adota políticas específicas:</p> <p>(P) Esta pergunta se refere exclusivamente aos ativos intangíveis que não são registrados na contabilidade oficial. Considerar atentamente as definições existentes no Glossário.</p> <p><input type="checkbox"/> a) <b>Capital organizacional</b></p> <p><input type="checkbox"/> b) <b>Capital humano</b></p> <p><input type="checkbox"/> c) <b>Capital da informação</b></p> <p><input type="checkbox"/> d) <b>Capital reputacional</b></p> <p><input type="checkbox"/> e) Nenhuma das anteriores</p>
--

**Fonte:** Bovespa- Questionário ISE 2008/2009, p.59

(<http://www.bovespa.com.br>)

O questionário é nivelado em dimensão, critério, indicador e pergunta. O indicador Ativos Intangíveis está inserido na “dimensão econômico-financeira”. Cada alternativa à pergunta realizada possui definição e elementos descritos no Glossário do próprio documento.

Deste modo, as alternativas à pergunta apresentada na figura 1, capital organizacional, capital humano, capital da informação e capital reputacional foram tratados como “categorias” da análise e os elementos descritos no Glossário, tratados como “subcategorias”.

Porém, como o objetivo principal do trabalho é apresentar o *disclosure* mediante as tipologias do ativo intangível em relação ao contexto das definições nas normatizações e literatura contábil, foram incluídos os grupos ‘ativos intangíveis’ – aqueles identificáveis – e ‘*goodwill*’ – aqueles não identificáveis – para a separação das categorias anteriormente citadas e já estabelecidas. Na categoria organizacional, forma incluídos os itens marca, patentes, gastos pré-operacionais e pesquisa e desenvolvimento. Nessa mesma categoria foi excluída a subcategoria banco de dados, visto que essa também está apresentada na categoria informacional. O mesmo se deu na categoria humano, subcategoria “percepções dos consumidores quanto à qualidade do produto”, também retirada em razão de, ao longo da análise apresentar conteúdo similar ao da mesma categoria, cuja subcategoria é “satisfação dos clientes”

Os documentos analisados por meio dessa construção atendem o objetivo principal e parte do escopo do trabalho: identificar quais os elementos e suas fontes. Para atender por completo seu escopo - identificar natureza de *disclosure* dos ativos intangíveis - foram identificadas a observação das ocorrências descritivas, quantitativo não-monetária e quantitativo monetárias das subcategorias.

Assim, esclarecidas as premissas para a construção dos parâmetros da análise com fins a atender o objetivo do trabalho, os itens expostos são resumidos na tabela 2:

**Tabela 2:** Grupo, categorias e subcategorias utilizados

<b>Grupo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
	Organizacion al	
Ativos intangíveis		Direitos de propriedade
Ativos intangíveis		Contratos de execução
Ativos intangíveis		Licenças
Ativos intangíveis		Franquias
Ativos intangíveis		Acordos
<i>Goodwill</i>		Carteira de clientes
<i>Goodwill</i>		Marcas
<i>Goodwill</i>		Patentes
<i>Goodwill</i>		Gastos pré-operacionais
<i>Goodwill</i>		Pesquisa e desenvolvimento
	Humano	
<i>Goodwill</i>		Conhecimentos
<i>Goodwill</i>		Habilidades
<i>Goodwill</i>		Valores
<i>Goodwill</i>		Satisfação dos consumidores
<i>Goodwill</i>		Alianças estratégicas
<i>Goodwill</i>		Redes de Relacionamento
	Informação	
<i>Goodwill</i>		Base de dados
<i>Goodwill</i>		<i>Software</i>
<i>Goodwill</i>		Gestão da Informação
	Reputacional	
<i>Goodwill</i>		Qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas
<i>Goodwill</i>		Estabilidade Financeira

<i>Goodwill</i>	Clima Organizacional
<i>Goodwill</i>	Consistências práticas éticas e indicadores de conformidade
<i>Goodwill</i>	Estágio de implementação de políticas corporativas e compromissos voluntários
<i>Goodwill</i>	Consistência entre o discurso e o marketing
<i>Goodwill</i>	Práticas corporativas

**Fonte:** Elaboração própria

### 3.3 Operacionalização

A operacionalização do estudo foi realizada por meio da análise de conteúdo, técnica utilizada em pesquisas bibliográfica e documental.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnica de análise das comunicações, visando obter, por processos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores de (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 2004, p.37)

Na pesquisa, utilizaram-se as categorias e as subcategorias conforme apresentado na tabela 2, com análise de informações relatadas de natureza descritivas, quantitativo-monetárias e não-monetárias. Estrutura da categorização similar foi realizada em 2002 por Nossa e Carvalho, em pesquisa que investigou, com base nos relatórios anuais e ambientais, como se encontrava o nível de *disclosure* de informações ambientais apresentado pelas empresas do setor de papel e celulose, cujas informações eram praticamente descritivas.

As categorias escolhidas, conforme exposto no item “Parâmetros para análise” foram extraídas do questionário para seleção de empresas que compõem o índice. Freitas e Janissek (2000) *apud* Nossa e Guedes (2004, p.9) mencionam que as categorias devem se originar seja do documento objeto de análise, seja de um certo conhecimento geral da área ou atividade na qual se insere. As subcategorias são subdivisões dos assuntos das categorias. No estudo, foram considerados como subcategorias os itens do glossário do questionário ISE e elementos adicionados, resultante da apreciação das normatizações e literatura contábil a respeito dos intangíveis, segundo a fundamentação teórica. O exame do referencial teórico gerou também a inclusão do grupo que classificou as subcategorias em ativo intangível e *goodwill* (ativo intangível identificável e não identificável).

A análise de conteúdo é um método de análise de dados que pode ser aplicado tanto para estudos qualitativos como nas investigações quantitativas. (Beuren *et al*, 2004). Ao se estabelecer as unidades de registro, que geram o número de ocorrências de evidenciação, foram consideradas as sentenças em que as palavras das subcategorias se apresentassem dentro um contexto que as caracterizassem, que, de acordo Bardin (2004, p.101), são utilizadas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Quando necessário, foram utilizadas mais de uma sentença e também o parágrafo com a finalidade de permitir a compreensão da palavra da sentença no contexto.

Nos casos em que se repetia um assunto já reconhecido e computado, a sentença não era novamente incluída, vez que já foi mencionado e registrado à exceção quando apresentava em documento distinto do que foi encontrado.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

Através dos resultados da análise dos relatórios financeiros foram identificados um total de 1.266 sentenças referentes à evidenciação dos ativos intangíveis. A partir dessa identificação, verificou-se a seguinte relação entre o número de sentenças por categoria em relação ao número total de sentenças identificadas, bem como a relação da evidenciação dos ativos intangíveis por categoria:

**Quadro 1: Relação do Disclosure observado por categoria verificada**

Categoria	Capital Organizacional	Capital Humano	Capital Informacional	Capital Reputacional	TOTAL
Sentença	515	210	122	419	1266
Em %	40,68%	16,59%	9,64%	33,10%	
Evidenciação nos Relatórios Financeiros	731	306	218	832	2087
Em %	35,03%	14,66%	10,45%	39,87%	

Como pode-se observar, a categoria com maior *disclosure* nos relatórios financeiros foi a Reputacional, uma vez que esta foi evidenciada 832 vezes nas 419 sentenças identificadas.

Com referência à divisão dos ativos intangíveis em identificáveis e não identificáveis, conforme apreciação realizada ao longo da metodologia, constatou-se um maior nível de *disclosure* dos ativos não identificáveis em consequência, principalmente, das categorias que representam o questionário do ISE serem compostas em sua maior parte do grupo '*goodwill*'.

Dentre as categorias que pertencem a esse grupo, somente a categoria "reputacional" apresentou um *disclosure* com 832 evidenciações, uma vez que todas as subcategorias que a compõe pertencem ao grupo do '*goodwill*'. Por essa observação pode-se depreender que a reputação – composta de elementos como qualidade dos produtos e práticas corporativas, dentre outros – é um dos itens que pode gerar valor à empresa, trazendo-lhe benefícios futuros econômicos.

Os documentos (fontes) que apresentaram maior evidenciação foram os relatórios da administração, com 701 sentenças identificadas e 1.165 evidenciações, seguido das notas explicativas, com 526 sentenças e 882 evidenciações. A demonstração de resultado foi a que obteve menor número de *disclosure*, com apenas 9 sentença em 9 evidenciações enquanto que o balanço patrimonial apresentou 30 sentenças e 31 observações. Foi observado que o *disclosure* nos dois últimos relatórios com os mais baixos níveis de evidenciação deve-se ao fato de ambas as demonstrações serem de natureza quantitativa e a dificuldade existente em se mensurar os ativos intangíveis.

Essa observação pode ser observada a partir da tabela 4 em que está quantificado a evidenciação observado por subcategoria e relatório, conforme apresentada abaixo:.

**Tabela 3: Disclosure das categorias e subcategorias por tipo de relatório**

	BP				DRE				Nota Explicativa				RA			
	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d
<b>Capital Organizacional</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>280</b>	<b>206</b>	<b>61</b>	<b>152</b>	<b>206</b>	<b>188</b>	<b>54</b>	<b>40</b>
Direito de Propriedade	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	0	3	2	2	0	0
Contrato de Execução	2	0	0	2	0	0	0	0	100	81	15	60	79	73	18	18
Licenças	3	0	0	3	1	0	0	1	64	65	24	21	30	30	9	7
Franquias	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3	3	0	1
Acordos	2	0	0	2	0	0	0	0	28	20	1	15	12	6	2	6
Carteira de Cliente	4	0	0	4	0	0	0	0	21	8	15	4	41	38	19	3
Marca	0	0	0	0	0	0	0	0	14	6	4	7	18	17	1	1
Patente	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	6	1	2	1	0
Gasto Pré-Operacional	1	0	0	1	1	0	0	1	16	8	0	14	4	2	2	3
P&D	10	0	0	11	5	0	0	5	28	16	2	21	16	15	2	1
<b>Capital Humano</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>44</b>	<b>3</b>	<b>34</b>	<b>178</b>	<b>182</b>	<b>24</b>	<b>14</b>
Conhecimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	15	1	0
Habilidades	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	32	30	11	8
Valores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	19	4	1
Satisfação de Cliente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	16	0	0
Aliança Estratégica	0	0	0	0	0	0	0	0	3	19	0	16	57	56	5	3
Redes de Relacionamento	5	0	0	5	0	0	0	0	20	25	3	14	39	46	3	2
<b>Capital Informacional</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>48</b>	<b>56</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>71</b>	<b>114</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
Base de Dados	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	2	24	42	4	1
Software	3	2	0	1	0	0	0	0	33	35	0	25	22	27	0	6
Gestão da Informação	0	0	0	0	0	0	0	0	12	18	0	7	25	45	0	0
<b>Capital Reputacional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>171</b>	<b>234</b>	<b>2</b>	<b>56</b>	<b>246</b>	<b>506</b>	<b>12</b>	<b>20</b>
Qualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	7	21	0	2	49	108	3	1
Estabilidade	0	0	0	0	1	0	0	1	136	180	2	40	41	128	3	11
Clima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	21	3	3
Ética	0	0	0	0	0	0	0	0	2	7	0	1	16	41	0	0
Políticas Voluntárias	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	32	51	3	2
Marketing	0	0	0	0	1	0	0	1	13	6	0	13	43	89	0	3
Práticas Corporativas	0	0	0	0	0	0	0	0	11	18	0	0	43	68	0	0

Fonte: Elaboração Própria

A tabela apresentada está quantificada a partir de cada tipo de relatório observado da seguinte maneira:

- a: Sentença identificada;
- b: Evidenciação ocorreu da forma descritiva;
- c: Evidenciação ocorreu de maneira quantitativa, mas, não monetária;
- d: Evidenciação monetária nos relatórios analisados.

A partir da análise acima realizada, observou-se que da 1.266 sentenças observadas e 2.087 evidenciações identificadas, 1.532 destas ocorreram de forma descritiva em contrapartida a apenas 160 evidenciações quantitativas não-monetárias e 395 monetárias. Esse resultado corrobora com a crença existente de que a dificuldade de se evidenciar os ativos intangíveis deve-se ao fato de que estes não são serem facilmente identificáveis e mensuráveis. Observe-se que quando possível sua identificação a partir do presente estudo, 73,41% das evidenciações deu-se de forma descritiva.

Quanto a análise por setor, elaborou-se a seguinte tabela abaixo:

**Tabela 4: Disclosure das categorias e subcategorias por tipo de relatório**

	Capital Organizacional				Capital Humano				Capital Informacional				Capital Reputacional			
	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d	a	b	c	d
<b>ISE</b>	<b>515</b>	<b>394</b>	<b>115</b>	<b>222</b>	<b>210</b>	<b>226</b>	<b>27</b>	<b>53</b>	<b>122</b>	<b>172</b>	<b>4</b>	<b>42</b>	<b>419</b>	<b>740</b>	<b>14</b>	<b>78</b>
Energia Elétrica	275	209	63	133	67	62	10	10	37	47	0	10	143	262	7	20
Instituições Financeiras	49	37	9	18	37	53	4	30	33	52	0	18	87	78	4	19
Papel e Celulose	22	19	6	8	21	21	0	4	4	3	0	1	14	46	0	0
Telefonia	62	66	17	22	18	26	1	1	16	21	4	3	48	117	0	11
Alimentício	9	6	0	4	19	19	1	0	8	26	0	0	23	42	0	2
Serviços de Saúde	16	10	3	10	2	2	1	0	3	2	0	3	19	21	0	5
Siderurgia/ Metalurgia	6	6	1	0	10	10	1	1	1	1	0	0	13	67	0	6
Água e Saneamento	13	12	3	3	12	11	5	0	3	5	0	0	34	33	3	1
Produtos de Uso Pessoal	14	9	1	7	6	5	0	3	4	1	0	3	9	13	0	5
Madeira	4	1	1	2	6	5	4	4	4	4	0	1	9	9	0	1
Químico	6	3	0	3	4	4	0	0	5	7	0	1	11	10	0	0
Materiais	39	16	11	12	8	8	0	0	4	3	0	2	9	42	0	8

**Fonte: Elaboração própria**

As empresas do setor de energia elétrica são em maior número que dos demais setores. De acordo com a Tabela 4, as empresas do setor de energia apresentaram sentenças na categoria organizacional, enquanto as financeiras apresentaram mais o reputacional, em razão evidência de estabilidade financeira ser maior nestas instituições.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado partiu da apreciação entre as literaturas e pesquisas contábeis a respeito do ativo intangível e normatizações nacionais e internacionais a ele referentes, tendo em vista a definição, classificação e o *disclosure* deste ativo. Com a importância do intangível nas empresas e, nesse contexto, daquelas caracterizadas como sustentáveis, buscou-se verificar como é o *disclosure* das empresas que compõem o ISE.

Os resultados demonstraram por meio da classificação utilizada do questionário ISE que essas empresas apresentam bom nível de *disclosure* dos ativos intangíveis, o que pode apontar a proximidade do item 'ativo intangível', constante no questionário, às classificações descritas. Entretanto, apresentou um *disclosure* de natureza predominantemente descritiva, cuja principal fonte foi o relatório da administração.

Esse fato decorre da limitação para o reconhecimento do ativo intangível em avaliar os ativos com confiabilidade, mesmo com a premissa de que um dos critérios principais é a expectativa de benefícios futuros econômicos.

Esse contexto contendo limitações envolve não somente as características da informação contábil – a confiabilidade e relevância – como também as premissas que emanam dos princípios contábeis, como o princípio da prudência e o custo como base de valor, o que faz gerar a dificuldade nessa avaliação, realizada em sua maioria pela sua contabilização como custo.

Deste, apesar da ocorrência dessas limitações, existe o *disclosure* dos ativos intangíveis por meio de fatores que contribuem para sua formação, o que pode propiciar o desenvolvimento um padrão de classificações desse *disclosure*, com a finalidade de auxiliar os usuários a compreender a posição econômica da empresa e projetar o futuro. Assim, a Contabilidade consegue cumprir seu objetivo, o de informar o usuário para tomada de decisão.

A análise ateve-se às subcategorias e categorias compostas no questionário ISE e enquadradas nos grupos conhecidos pela literatura contábil como identificável e não identificável, por essa razão, a pesquisa não analisou o *disclosure* a partir de termos que *goodwill* e *ativo intangível*. Essa limitação, entretanto, gera o estímulo para

pesquisas futuras, com a construção de categorias em que possam abranger esses termos em comparação aos do já realizados nesta pesquisa. Outra sugestão para futura pesquisa é o estudo do *disclosure* em diferentes setores ou em empresas de outros países.

## REFERENCIAL

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; LEITE, Rafael Soares; GUERRA, Luiz Francisco A divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimento. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7º, São Paulo. **Anais...**, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Editora 70 LDA, 2004.

BASTOS, Paulo Sergio Siqueira; PEREIRA, Roberto Miguel; TOSTES, Fernando Pereira. A Evidenciação Contábil do Ativo Intangível – Atletas – dos Clubes de Futebol In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6º, São Paulo. **Anais...**, 2006.

BEUREN, Ilse *et all*. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIANCOLINO, César Augusto; ARAMAYO, Patrícia Desidério. *Goodwill & Impairment Test: Considerações Sob a Luz do US GAAP*. In: XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração; XXVII EnAnpad. **Anais...**, 2003.

BOLSA DE VALORES DO ESTADO DE SÃO PAULO (BOVESPA). **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 29 de abril. 2009.

BRASIL. **Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13/04/2009.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>>. Acesso em: 13/04/2009.

BRASIL. **Lei 11.941 de 27 de maio de 2009**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27/05/2009.

ESTADAO.COM.BR. **Empresa “sustentável” vale mais**, São Paulo. 27 ago.2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 15/05/2009

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (Fipecafi). **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. Ernest & Young, Fipecafi. São Paulo: Atlas, 2009.

FIETZ, Édina Elisangela Zellmer; SCARPIN, Jorge Eduardo. Estudo do Grau de Intangibilidade por meio das Demonstrações Contábeis: uma análise das empresas



S/A de capital aberto constantes no Índice IBRX – Índice Brasil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8º, São Paulo. **Anais...**, 2008.

FLOWER, John. EBBERS, Gabi. **Global Financial Reporting**. New York: Palgrave, 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999

KAYO, Eduardo Kazuo; TEH, Chang Chuan; BASSO, Leonardo Fernando Cruz. A influência dos ativos intangíveis sobre a estrutura de capital. In: XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração; XXVIII EnAnpad. **Anais...**, 2004.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 109f. Tese (Doutorado em Contabilidade). Departamento de Contabilidade e Atuária na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, Eliseu; LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flávia Zóboli. A relevância do ativo diferido e do *Goodwill* no processo de avaliação de empresas brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7º, São Paulo. **Anais...**, 2007.

MARTINS, Vinícius Aversari. **Contribuição à avaliação do goodwill**: . 2002. 289f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Departamento de Contabilidade e Atuária na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MUNTER, Paul. Accounting and Reporting Issues of “Soft Assets” **The Journal of Corporate Accounting and Finance**. Summer, 1996. John Wiley & Sons, 1996.

NOSSA, Valcemiro; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Uma análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. In: XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração; XXVII EnAnpad. **Anais...**, 2003.

PATON, William Andrew; STEVENSON, Russel Ager. **Principles of Accounting**. New York: ARNO Press, 1978.

RADEBAUGHT, Lee, GRAY, Sidney J. **International Accounting and Multinational Enterprises**. 5th. John Willey & Sons, 2002.

SCHERER et all. O atual estágio da contabilização de ativos intangíveis no mercado norte americano. **Revista da FAE**, Curitiba, v.7, nº1, p.77-87, jan/jun, 2004.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. Ativos intangíveis nas normas internacionais - IASB. In: IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado, RS. **Anais...**, 2003.